

INDÚSTRIA E COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL: NOTAS SOBRE A CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA E A PRODUTIVIDADE DO TRABALHO A PARTIR DOS ANOS 90

Cristiano Monteiro da Silva*

Introdução

Atualmente, no campo das Ciências Econômicas, muitos trabalhos acadêmicos versam sobre a suposta “Desindustrialização” da economia brasileira. Em linhas gerais, os defensores da tese apoiam-se nos indicadores macroeconômicos para comprovar a retração da indústria. Por outro lado, a teoria crítica discute que tal fenômeno é comum aos países onde a indústria alcançou certo nível de concentração produtiva e financeira.

Este artigo explica que no caso brasileiro, nos primórdios dos anos 90, muitos setores da indústria ajudaram a consolidar o projeto estratégico da internacionalização econômica, a partir de novas relações com o capital financeiro, que por sua vez provocou as fusões e aquisições de empresas, determinando uma profunda reorganização na estrutura produtiva.

A hegemonia do capital financeiro sobre a dinâmica industrial segue determinando mudanças importantes na vida social e econômica. O exemplo maior é o esforço redobrado pelo aumento da produtividade, sob o apelo do crescimento econômico e da competitividade internacional.

Na primeira parte consta uma pesquisa bibliográfica que da conta da referida dinâmica social da indústria. Na segunda o tema das fusões e aquisições de empresas. Finalmente, a produtividade no setor industrial a partir de inferências sobre os dados publicados por institutos de pesquisa.

1. Indústria e internacionalização no contexto dos anos 90

No Brasil, em fins da década de 80, o modelo nacional desenvolvimentista baseado na industrialização enfrentava sua fase mais crítica. O processo de reprodução ampliada do capital industrial convivia com sérios elementos de crise. Os reflexos

* Professor de Economia do Centro Universitário Padre Anchieta

podem ser vistos nos dados relativos a situação econômica do país. A participação da indústria no PIB estava muito baixa quando comparada com as décadas anteriores (IBGE, 2010). A formação bruta de capital fixo (FBCF) vinculada aos setores da indústria declinava (IPEA, 2010).

Há muitas explicações para o problema visto a partir da década de 80. A posição mais discutida é a tese da crise do financiamento público. Desse ponto de vista, o Estado não reunia mais as condições para continuar financiando a industrialização mediante as variadas formas que marcaram os anos anteriores, por exemplo: incentivos fiscais, subsídios, prática de preços e tarifas especiais para o consumo de serviços públicos, crédito, regulação no comércio internacional, entre outras. Portanto, o problema do financiamento.

Independente da explicação que se possa fazer uso, o fundamental é notar que a crise aguda do modelo nacional desenvolvimentista abriu um clima de disputa política para um novo projeto estratégico no Brasil.

A internacionalização do capital financeiro³ que vinha sendo realizada a partir dos anos 70, de vários modos passava a influenciar os setores industriais instalados no Brasil. O capital industrial com certo nível de internacionalização detinha elevada capacidade produtiva e financeira e se posicionava em favor do processo da abertura econômica, isto é, os padrões de financiamento a partir dos capitais estrangeiros, tendo em vista os ganhos de produtividade rumo ao arquétipo internacional.

Essa realidade levou a fundação de novas organizações representativas da indústria, e um novo posicionamento daquelas já constituídas, como por exemplo, a FIESP – Federação da Indústria do Estado de São Paulo. Na base social da FIESP crescia a participação de empresas de capital estrangeiro e nacionais tendo fortes vínculos com o mercado externo.

A FIESP seguiu promovendo debates sobre os rumos do desenvolvimento no Brasil. Em agosto de 1990, durante o segundo mandato de Mário Amato, foi publicado pela FIESP o documento *Livre para Crescer*, com o subtítulo *Proposta para um Brasil*

³ Hilferding (1985) se apoiou em categorias teóricas contidas na obra de Marx (1888) e investigou o processo da concentração capitalista, dedicando atenção especial ao papel dos bancos, o funcionamento das sociedades anônimas e as formas de valorização financeira. “Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto, o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. (HILFERDING, 1985, p. 219).

moderno, por meio do qual se apresentava várias críticas ao funcionamento do modelo nacional desenvolvimentista. Nas orelhas do livro publicado consta uma síntese de seu conteúdo, na qual se entende uma afirmação categórica pela liberalização, desregulamentação e privatização (FILHO, 2004).

O debate no âmbito da FIESP se consolidou nas eleições de 1992. O eleito Moreira Ferreira optou claramente pela liberalização econômica consolidada a partir de relações internacionais. Seus argumentos expressavam uma crítica feroz à administração pública, expressa em altos salários e endividamento, principalmente externo (FILHO, 2004).

A eleição do governo de Fernando Henrique Cardoso representou a criação de condições sociais e políticas para avançar na aplicação do processo de abertura econômica. A partir do Plano Real houve um crescimento substancial da participação do capital financeiro no processo decisório da economia. Esse é o elemento novo da contemporaneidade brasileira.

1.1. Fusões e aquisições de empresas

A abertura econômica gerou condições para a entrada de um grande fluxo de capital financeiro, que na maioria dos casos se destinou a centralização da capacidade produtiva instalada em vários setores, isto é, um grande processo de fusões e aquisições envolvendo empresas estatais e privadas.

Nos governos de Fernando Henrique, as privatizações foram realizadas em duas etapas. A primeira terminou com a participação do capital financeiro em setores cuja propriedade era unicamente estatal, tais como: aeronáutica, mineração, ferro, aço, química, petroquímica. Na segunda etapa passou-se para as empresas de utilidade pública, como ferrovias, água e esgoto, telecomunicações e finanças (ALANO, 2007).

O processo de privatizações teve seu pico no biênio de 1997/1998. Os setores que mais tiveram a participação do capital financeiro foram eletricidade, gás e água quente, correio e telecomunicações, intermediação financeira. (LAPLANE & SARTI, 2000). No ano de 1996, a indústria recebeu apenas 22,70% do investimento direto estrangeiro e o setor de serviços, 75,86%, o restante foi destinado à agricultura, pecuária e extrativa mineral (SOBEET, 2007).

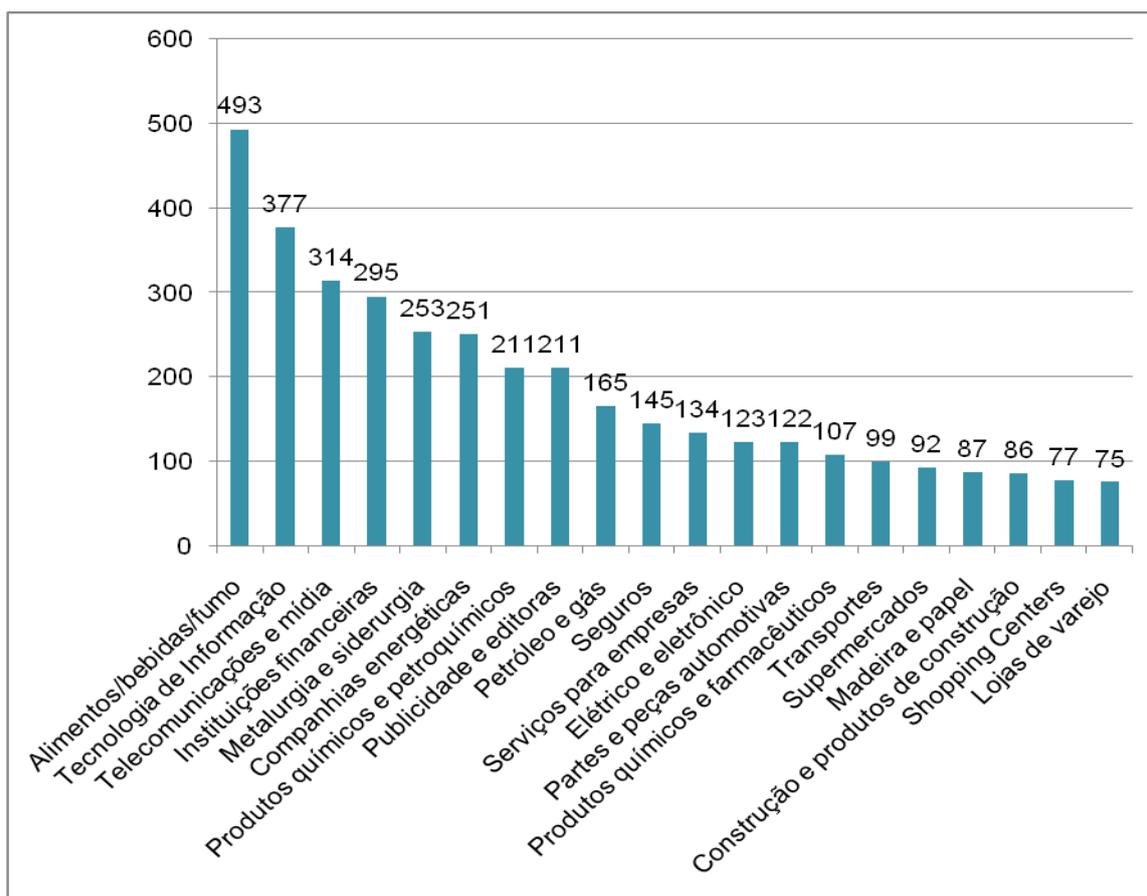
O enorme fluxo do capital financeiro na economia brasileira também se vincula ao processo de fusões e aquisições de empresas privadas. Só no ano de 2006, enquanto

as aquisições entre empresas mostraram aumento de 50,2%, as aquisições de empresas brasileiras por estrangeiras representaram elevação de 190,6% (KPMG, 2007). O volume de transações envolvendo o capital financeiro no Brasil por meio de fusões e aquisições cresceu mais de 44% ao longo da década de 90. Das 2.308 operações realizadas no período, 61% envolveram capitais estrangeiros (KPMG, 2007).

O gráfico seguinte expõe o número de fusões e aquisições de empresas nos diversos setores produtivos. A indústria de alimentos foi bastante impactada pela internacionalização do capital financeiro, ocorrida nas últimas décadas. Diga-se de passagem, resta-se conhecer os novos padrões de concorrência decorrentes deste processo.

Os estudos da KPMG (2007) demonstram que ao longo da década de 1990 houve três grandes momentos envolvendo fusões e aquisições de empresas. O primeiro deles compreende o período dos três primeiros anos, quando iniciou o processo de abertura econômica, em cujo período aconteceram grandes fusões e aquisições em setores considerados básicos, como produtos químicos e petroquímicos (22 negócios) e metalurgia e siderurgia (24). O segundo momento, de 1994 a 1997, as operações de fusões e aquisições aconteceram de forma mais expressiva nos segmentos financeiro (107), eletroeletrônico (53) e autopeças (42). No terceiro e último momento, que compreende o período de 1998 a 2000, as fusões e aquisições ocorreram envolvendo empresas dos setores de telecomunicações (104 transações) e tecnologia da informação (93).

Total acumulado de fusões e aquisições (1994-2007)

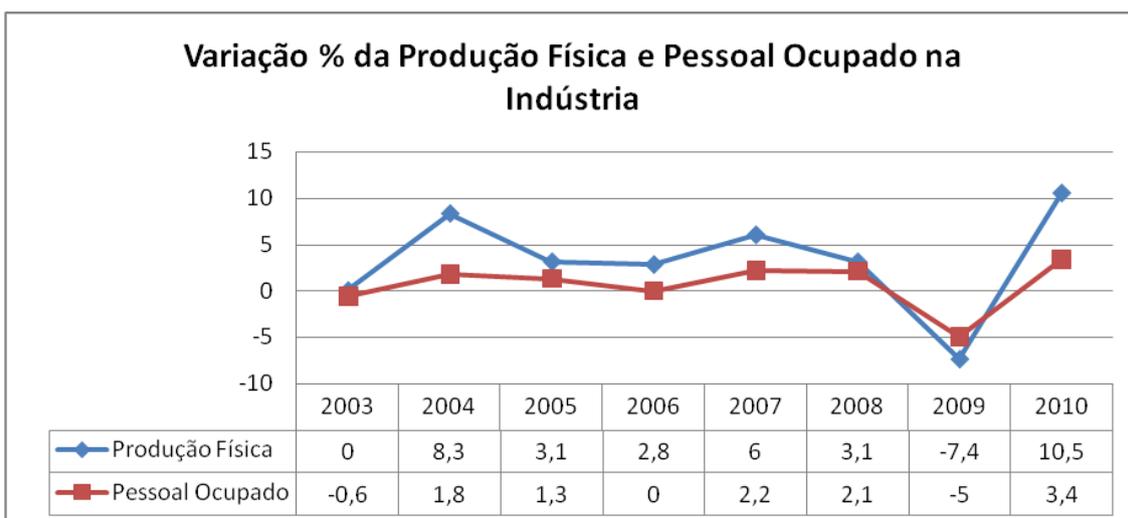


Fonte: Empresa de consultoria KPMG

Encerra-se o assunto demonstrando o saldo das operações de fusões e aquisições no período de 1994 a 2010. Estudos da KPMG (2010) mostram que o saldo total dos dezesseis anos é 6.574 operações, sendo 3.608 *cross border* e 2.966 domésticas. Em termos mais específicos, foram contabilizadas 175 operações em 1994, ao passo que em 2010 o total foi de 726. Os anos mais recentes evidenciam a persistência do crescimento das fusões e aquisições de empresas

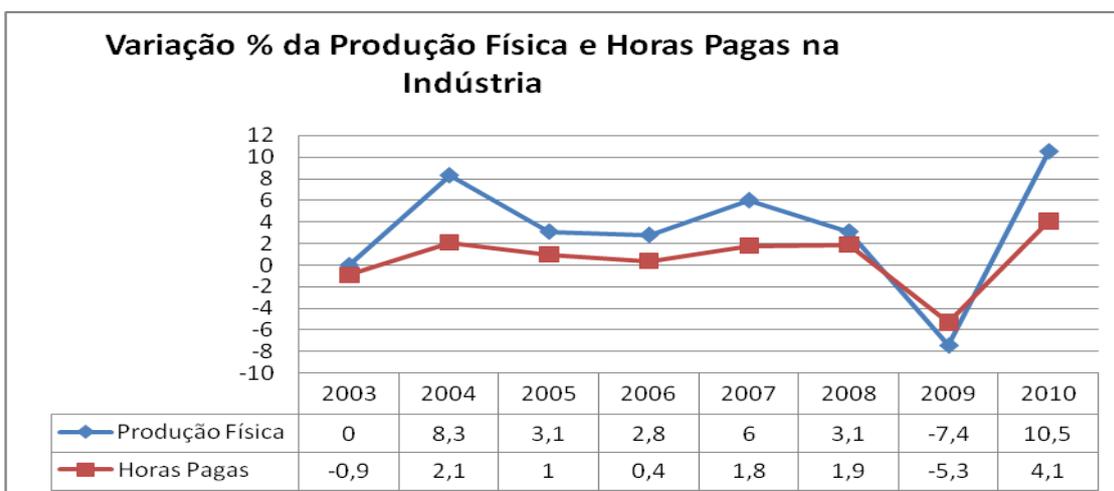
2. Produtividade na indústria

No período de 2003 a 2010, a produção física de setores da indústria cresceu mais do que o número de empregos. O único momento em que a produção física ficou abaixo do pessoal ocupado foi em 2009, devido aos reflexos da grande crise de 2008. O ano de 2010 teve a maior produção física da série histórica.



Fonte: Dados: PIMES – IBGE/IEDI. Base: Ano anterior – 2003 -2010. Elaboração própria.

O mesmo se nota na variação da produção física em relação às horas pagas na indústria geral. Exceto no período posterior à crise internacional de 2008, os demais anos apresentam uma taxa de crescimento da produção física maior do que a taxa de horas pagas.



Fonte: Dados: PIMES – IBGE/IEDI. Base: Ano anterior – 2003 -2010. Elaboração própria.

A relação entre a variação da produção física e a variação das horas pagas nos permite a análise da produtividade na indústria⁴. Podemos observar que no período

⁴ A produtividade pode ser definida como a medida da relação entre as horas efetivamente trabalhadas e seus respectivos custos, e o resultado produtivo. Diga-se de passagem, há várias metodologias para chegarmos aos cálculos da produtividade. Neste trabalho fazemos uso da produtividade física. Para entender o caso da indústria geral vamos fazer uso da metodologia que considera o ano anterior como base, a mesma empregada pelos Institutos de Pesquisa da própria Indústria.

considerado a produtividade cresceu. O ano de 2009 reflete os acontecimentos da crise internacional, e 2010 também se destaca com nível alto de produtividade, alcançando 6,1% de aumento, o maior índice do período analisado.



Fonte: Dados: PIMES – IBGE/IEDI. Base: Ano anterior – 2003 -2010. Elaboração própria..

A conclusão geral é que a variação percentual do emprego e das horas pagas do período se manteve abaixo da variação percentual da produção física, isto é, da variação da quantidade de mercadorias produzidas. Grosso modo, segundo dados do IEDI (2011), ao relacionarmos a variação da remuneração média real do trabalho na indústria em 2010 com o aumento da produtividade de 6,1%, a conclusão é que houve uma redução do custo do trabalho para a indústria de 2,7%.

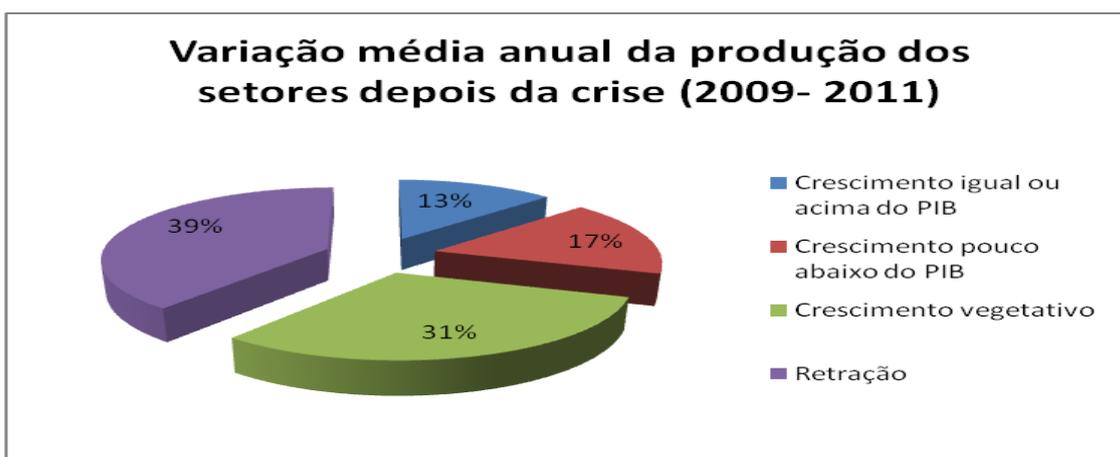
Portanto, vê-se claramente que a indústria teve resultados positivos nos últimos anos. Convém lembrar que os dados aqui apresentados não revelam as especificidades de cada setor. Seria o caso de perceber o grande crescimento de setores mais intensivos em tecnologia, enquanto os mais intensivos em trabalho tiveram maiores dificuldades, devido a mencionada internacionalização econômica.

A retração industrial veio com a crise econômica internacional, que parece se perpetuar e afeta inclusive a economia brasileira. Os dados recentes corroboram para o entendimento da questão. Após o advento da crise econômica mundial, a maioria dos setores da indústria passou a variação média anual da produção abaixo da variação do PIB.



Fonte: Revista Exame (2012). Elaboração própria.

Os problemas apareceram a partir do estopim da crise econômica mundial, determinando uma nova conjuntura para a produção e a exportação industrial.



Fonte: Revista Exame (2012). Elaboração própria.

Enfim, percebe-se que as soluções estratégicas perante o processo crítico não pode desprezar dois fatores fundamentais: 1) hegemonia do capital financeiro internacional sobre vários setores industriais, que por sua vez determina uma extração do excedente econômico em favor de poucos; 2) a produtividade do trabalho sendo elevada sem a contrapartida na formação bruta de capital fixo, o que evidencia o velho paradoxo do financiamento.

Conclusão

O processo das fusões e aquisições de empresas consolidou a hegemonia do capital financeiro em vários setores produtivos. As retrações no produto e nas exportações da indústria devem ser consideradas a partir da nova base econômica fundada nos anos 90.

O projeto estratégico de internacionalização da economia brasileira não é desprovido de instabilidades e contradições. As políticas econômicas recentes no sentido de ajudar a dinâmica industrial não estão considerando as distribuições em favor da propriedade institucional.

Não é sincera a afirmativa de que os custos diretos dos salários foram determinantes para a queda do produto da indústria residente no Brasil. De fato, os salários reais cresceram ao longo do período, porém, abaixo da produtividade do trabalho, o que comprova resultados médios positivos para os setores industriais.

Torna-se pertinente a reflexão se o caminho estratégico deve passar pelo aprofundamento da produtividade do trabalho, no sentido da competitividade internacional, como se prevê e desejam tantos líderes políticos e empresariais. Sem dúvida, tal caminho desenharia na economia brasileira uma macroeconomia restrita frente aos potenciais do produto, emprego e renda.

As soluções estratégicas passam pela construção do planejamento que se enfrente com a centralização produtiva, recupere as potencialidades do pequeno e médio produtor, sob a ótica do emprego e a renda, em favor da população brasileira.

Referências Bibliográficas

ALANO, J, S. G. *Economia e política no processo de financeirização do Brasil (1980-2006)*. São Paulo: PUC/SP. (Tese de doutorado em Ciências Sociais), 2007.

CHESNAIS, F. *A Mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.

DALMAZO, L. & SALOMÃO, A. A verdadeira ameaça a indústria. *Exame*, São Paulo, 2012, ano 46, n. 7, p. 38-60, abril 2012.

FILHO, M. T. (2004). *A FIESP na década neoliberal (1990-1999)*. São Paulo: PUC/SP. (Tese de Doutorado)

GALVÃO, A. (2007). *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

HILFERDING, R. *O Capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisas estruturais. Disponível em: <WWW. ibge.gov.br > .

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Textos para discussão. Vários números. Disponível em: <WWW. ipea.gov.br > .

IEDI - Instituto de estudos do Desenvolvimento Industrial. Cartas do IEDI. Disponível em: <WWW. Iedi.org. >.

KPMG. Pesquisas sobre fusões e aquisições. Disponível em: <WWW. kpmg.com. BR. Vários números.

LAPLANE, F. & SARTI, F. Et al. Internacionalização e vulnerabilidade externa. In: LACERDA, A. C. org. *Desnacionalização: mitos, riscos e desafios*. São Paulo: Saraiva, p. 67-90, 2000.

SOBEET - Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e Globalização Econômica. *Carta da SOBEET*. Vários números.